

# Por que a indústria precisa da reforma tributária?

» GINO PAULUCCI JR

Engenheiro, empresário e presidente do Conselho de Administração da Abimaq

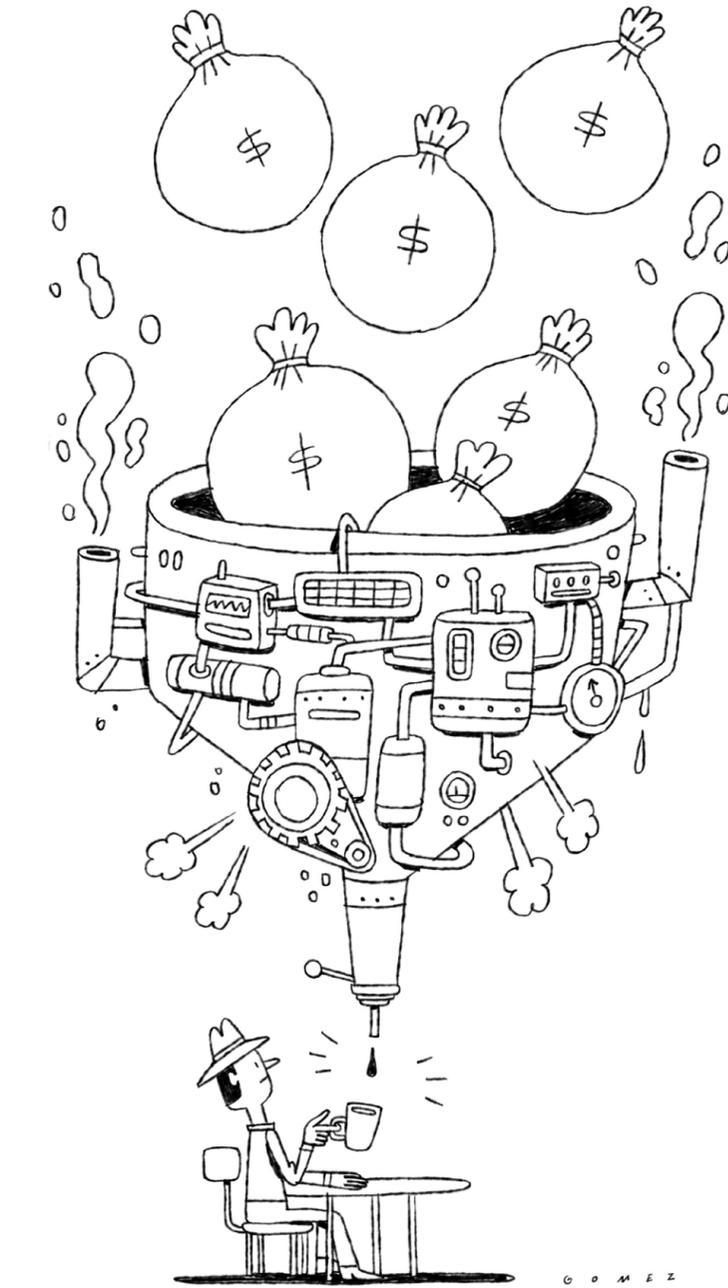
De acordo com um levantamento do Yahoo Finanças sobre os países que mais cobram imposto no mundo, quem lidera o ranking é a Dinamarca, com uma carga tributária que corresponde a 45,2% do Produto Interno Bruto (PIB); outro país escandinavo, a Finlândia aparece em segundo lugar com 44%; na sequência estão a Bélgica, com 43,2%, a França com 43% e, fechando o top 5, a Itália com 42,6%. O Brasil ocupa uma posição bem abaixo na lista dos 30 maiores cobradores de impostos do mundo, com uma carga tributária média de 33,9%, uma vez que, enquanto a indústria, de acordo com a CNI, tem uma carga tributária de 46,2%, serviços têm 22,1%.

No entanto, ao contrário dos demais, o país tem o menor Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes). Ou seja, é o que menos transforma esses tributos em benefício para a população. No Brasil, há diversos impostos sobre bens e serviços e todos eles com uma série de problemas, reflexo de legislação extremamente complexa, cumulativa, muitas restrições a créditos, entre outros fatores. Eles trazem como consequência elevados custos de cumprimento de obrigações acessórias, insegurança jurídica, encarecendo os bens, prejudicando investimentos, competitividade, desenvolvimento econômico e bem-estar social.

É indispensável simplificar o atual sistema tributário, reduzindo os custos administrativos, desonerando os investimentos produtivos e as exportações, tornando automática a compensação ou devolução de créditos tributários, eliminando os impostos não recuperáveis embutidos nos bens e serviços, eliminando a tributação de insumos industriais, extinguindo regimes especiais e isenções de qualquer espécie, desonerando a folha de pagamento e aumentando o prazo de recolhimento de impostos e contribuições.

A discussão em torno de uma reforma tributária para mudar o complexo e caro sistema atual ocorre no Brasil há pelo menos três décadas, mas nenhuma proposta conseguiu o apoio conjunto dos setores produtivos e de estados e municípios. No Congresso Nacional, duas propostas assumiram o protagonismo na última legislatura: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, em tramitação na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, que está no Senado. Ambas as propostas têm como principal objetivo simplificar e racionalizar a tributação sobre a produção e comercialização de bens e a prestação de serviços. Elas também extinguem vários tributos e unificam os restantes em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado na maioria dos países desenvolvidos.

A diferença é que, na PEC 45, o IVA seria compartilhado entre União, estados e municípios, enquanto na 110, o IVA seria dual: um para a União e outro para os entes subnacionais. O IVA dual proposto na PEC 110 é um modelo de tributação de padrão mundial, tem o potencial de modernizar e simplificar o atual sistema tributário brasileiro. Prevê cobrança nas diversas etapas do processo de produção e comercialização, em todas garantindo o direito ao crédito correspondente ao imposto pago na etapa anterior. As exportações e os investimentos serão totalmente desonerados e as importações tributadas



de forma equivalente à produção nacional.

Promoverá, portanto, redução importante da cumulatividade, tornando o processo transparente, menos oneroso, beneficiando a competitividade das empresas brasileiras nacionais frente aos concorrentes internacionais, acelerando o crescimento do país. Estudos de impacto divulgados indicam aumento do PIB potencial do Brasil de 20% em 15 anos em razão, principalmente, do aumento da produtividade e dos investimentos ao longo do período.

Ademais, ao contrário do que se afirmam,

beneficiará inclusive a maior parte do setor de serviços. Cerca de 80% das empresas prestadoras de serviços operam sob o regime Simples Nacional ou MEL, regimes que serão preservados pela PEC e outras muitas prestam serviço para empresas e darão direito a crédito. Atividades essenciais como saúde e educação terão tratamento especial visando preservar o poder de renda das famílias. O país precisa urgentemente da aprovação da reforma tributária, não só para corrigir distorções da indústria, mas também promover o crescimento do país com mais justiça social.

## Brasil só tem a ganhar ao combater o contrabando e o mercado ilegal

» EMERSON KAPAZ

Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)

Quatrocentos e dez bilhões de reais. Esse é o tamanho da cifra que o Brasil perdeu, em 2022, por causa do mercado ilegal, que afeta diversos setores da indústria produtiva nacional. O número, impressionante, foi divulgado oficialmente este mês, por meio de levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a ilegalidade (FNCP) e envolve perdas de vários setores da indústria, entre eles o de combustíveis, que também sofre com diversos tipos de irregularidades.

De acordo com estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Instituto Combustível Legal (ICL), o governo deixa de arrecadar R\$ 14 bilhões ao ano por fraudes de sonegação e inadimplência no setor de combustíveis. Somam-se, ainda, R\$ 15 bilhões ao ano que são perdidos por conta de fraudes operacionais, relacionadas a irregularidades de furto, roubo e descaminho que prejudicam a qualidade e a quantidade dos combustíveis. As fraudes operacionais vêm ganhando escala e são utilizadas por empresários não ortodoxos e mal-intencionados, que normalmente estão associados a organizações criminosas que se utilizam desses ilícitos para lavagem de dinheiro, alimentando

o comércio de drogas e armas.

Uma das fraudes operacionais é o contrabando de combustíveis, que, assim como cigarros, perfumes, drogas e armas, é praticado nas fronteiras do Brasil com a Argentina e com o Paraguai, a chamada tríplice fronteira. Além de prejudicar o mercado interno e os empresários do setor, a gasolina da Argentina tem um padrão de mistura diferente do aprovado no Brasil e pode gerar problemas mecânicos nos veículos, prova de que o mercado ilegal não é cruel apenas com as empresas e com o país, mas com a população, que acaba sendo diretamente prejudicada.

Outro problema grave enfrentado pelo setor de combustíveis são os piratas dos rios, que roubam milhões de litros de gasolina e óleo diesel na Região Norte do Brasil. Os ataques piratas e a segurança limitada no transporte de cargas nos rios regionais, considerando as dimensões continentais da região amazônica, provocam prejuízos anuais de R\$ 100 milhões apenas em produtos roubados. Além disso, o combustível roubado é, muitas vezes, utilizado no transporte de produtos provenientes do crime organizado, colaborando com o aumento do poder dos criminosos na região. Fica cada vez mais claro

que, para minar essas operações, o combate deve ser feito não só com repressão, mas com parceria estratégica e o uso de serviços de inteligência.

É fundamental garantir mais segurança e combater frontalmente a entrada de mercadorias ilegais no país e, para isso, será imprescindível uma intensa colaboração entre as autoridades responsáveis para minar o poder dos criminosos. Menos contrabando significa uma economia brasileira mais forte e participativa, com geração de empregos e renda, mais arrecadação aos estados e melhores condições para um desenvolvimento econômico e social, avanços que deveriam ser defendidos por todas as camadas da sociedade brasileira.

Nos últimos oito anos, os prejuízos causados pelo mercado ilegal mais do que quadruplicaram, passando de R\$ 100 bilhões, em 2014, para os atuais R\$ 410 bilhões. Promover iniciativas que visam à defesa do consumidor e o combate do contrabando, com o intuito de restabelecer a concorrência leal no setor produtivo, vai garantir mais recursos para o governo e, em consequência, para toda a sociedade, fortalecendo o mercado, o ambiente de negócios e a economia brasileira.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## O imposto que paga o progresso que você vê

Tem razão parcial o leitor, Renato Mendes Prestes, quando em carta à coluna Sr. Redator do **Correio Braziliense** desta terça-feira, (28/3), afirma que a cada eleição, o eleitor brasileiro se vê como um personagem irrelevante para o funcionamento da democracia e que isso vai produzindo no cidadão um sentimento de desprezo pelo sistema.

Na realidade, o que se observa, olhando essa situação com lupa grossa, é uma situação inversa, em que o chamado "sistema", por razões e ardis que só o tempo revelará, isso é, se vier a revelar, há muito considera o eleitor brasileiro como um personagem totalmente irrelevante em todo esse processo. É o comparecimento obrigatório do eleitor em frente as urnas, que dá esse verniz de democracia que o sistema precisa, para tornar as eleições cristalinas e como dizem "absolutamente inexpugnáveis".

O eleitor entra em todo esse processo como coadjuvante de uma pantomima, ou como um marido fiel à uma esposa cheia de segredos. O sistema, com a ajuda, ou não, dos partidos, mas com o braço poderoso e longo do Judiciário entroniza o candidato sob medida e a vida segue nessa que é considerada a maior, em termos quantitativos, democracia do planeta.

O salutar é observar que nem todos os eleitores estão desatentos para essa situação. Quando pesquisas isentas de opinião pública dão conta, como aponta o leitor em sua missiva, de que quase 90% dos entrevistados se declaram não se sentir representados por nenhum partido político, o que ocorre de fato é a explosão coletiva de um sentimento de desilusão, que enxerga toda essa distopia democrática apenas na atuação medíocre das legendas.

Ocorre que, por trás dos partidos, há todo um trabalho intenso, feito por um complexo sistema, que, atuando longe do palco da política, transforma em realidade não a vontade do eleitor, mas a do próprio sistema. A questão aqui é saber por que os partidos, que integram perifericamente esse sistema não reagem ante a situação? Para as legendas, em forma de cala a boca, foram oferecidos todos os tipos de benesses. A começar pelos bilhões destinados aos fundos Partidário e Eleitoral. Ninguém reclama diante de tanto dinheiro.

Depois vêm as chamadas emendas secretas, pelas quais os partidos e suas lideranças abocanham fatias grossas do Orçamento da União, tudo com pouca, ou nenhuma, transparência e controle externo, dinheiro supostamente para ser investido em suas bases eleitorais. Também o grande número de parlamentares enrolados com a Justiça, não deixa brechas para que se posicionem contra o que quer o sistema.

O leitor afirma ainda, em sua carta, que outras pesquisas indicam que, diante dessa falsa representação, metade dos cidadãos acredita ser possível no país o funcionamento de uma "democracia" sem a participação dos partidos e do Congresso Nacional. Esquece o digníssimo leitor desse jornal que é exatamente isto que o sistema quer e trabalha, para se apresentar em sua inteireza.

Pensar que toda essa fantasia democrática poderia ser desfeita, bastando apenas a adição, nas urnas eletrônicas, do voto impresso, como a esmagadora maioria dos países sérios fazem. Mas foi dito que não há verba para isso.

### » A frase que foi pronunciada

"A extensão da caça às bruxas revela o tamanho do medo. O medo revela fragilidade."

R.Rodrigues

### Ari Cunha

» Nos anos 1990, a Câmara Legislativa aprovou um projeto que introduzia o esperanto como disciplina optativa no ensino médio da rede pública do DF. Ari Cunha criticou a iniciativa. Segundo ele, ninguém falava essa língua e que a Câmara devia cuidar de coisas mais sérias. Houve vigorosa reação dos esperantistas. Vieram centenas de correspondências do Brasil e do exterior. Ari reagiu com bom humor. "Eu me rendo, não precisa mandar mais cartas ou cartões postais." A revelação veio na carta do leitor Eurípedes Alves Barbosa.

### Em falta

» Vasco Vasconcelos conta que foi mordido por um cachorro em Águas Claras e encaminhado de hospital para hospital para tomar a vacina antirrábica. Do posto de Saúde local, o HRT e Hran foi informado que não havia a vacina disponível. Que aguardasse o chamado da Vigilância Sanitária.

### Qual a razão?

» Em viagens internacionais nossas autoridades ficam encantadas com os teatros, parques e bibliotecas. Mas com os pés no Brasil não mostram interesse algum em melhorar o lazer dos brasileiros.

### » História de Brasília

Dr. Jânio Quadros não apresentou em nenhum momento uma razão plausível para o seu gesto. As dificuldades pelas quais passa o país, são as mesmas, e nem assim se justifica a hora do desespero. (Publicada em 17/3/1962)